

RELATÓRIO DE GESTÃO DE INVESTIMENTOS MARÇO - 2015



Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Antônio Carlos - SC

O Relatório de Gestão de Investimentos do Instituto de Previdência Social dos Servidores Públicos do Município de Antônio Carlos foi elaborado pela SMI Consultoria de Investimentos com o objetivo de apresentar de forma detalhada as informações relativas à carteira de investimentos do RPPS e, assim, auxiliar em seu processo de Gestão nas decisões mais importantes. As informações utilizadas neste relatório são obtidas pelos extratos oficiais das instituições financeiras em que o RPPS aloca seus recursos - além disso, são utilizados diversos softwares padrões do mercado financeiro.

Este Relatório também apresenta diversos indicadores de suma importância para o controle dos Gestores, Diretores e Conselheiros do Instituto, além de fornecer informações resumidas aos órgãos fiscalizadores, como a composição atual da carteira do Instituto, sua rentabilidade consolidada e detalhada por ativo, a comparação com a meta atuarial, seu enquadramento em relação à Resolução 3.922/2010 do Conselho Monetário Nacional, além de apresentar de forma minuciosa a composição de seus ativos e sua composição consolidada. Por fim, apresentamos um texto que analisa os principais eventos econômicos do mês.

RELATÓRIO GERENCIAL

Distribuição da Carteira de Investimentos	4
Análise de Rentabilidade	5
Retorno da Carteira por Ativo (em Reais)	6
Rentabilidade da Carteira (em %)	7
Distribuição da Carteira por Índices	8
Relatório de Movimentações	9

DEMONSTRATIVO DAS APLICAÇÕES E RELATÓRIO DE ENQUADRAMENTO

Demonstrativo das Aplicações e Investimentos dos Recursos	11
Enquadramento da Carteira em Relação à Resolução 3.922 e à Política de Investimento	13

RELATÓRIOS DE CONSOLIDAÇÃO DA CARTEIRA

Consolidação das Carteiras de Fundos	15
Consolidação dos Ativos	19

TEXTO DE ECONOMIA MENSAL

Comentários do Mês	21
--------------------	----

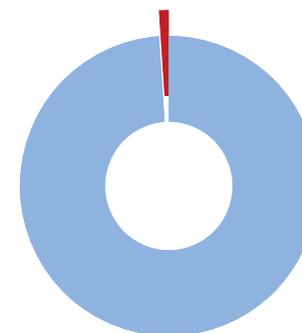
EXTRATOS BANCÁRIOS



ATIVOS	%	MARÇO	FEVEREIRO
FUNDOS DE RENDA FIXA	98,9%	14.275.479,51	14.023.517,98
BB FIC Previdenciário Títulos Públicos IRF-M 1	3,6%	520.292,14 ↕	473.808,26
BB Previdenciário IPCA II Títulos Públicos	6,9%	1.001.348,32	995.303,30
BB Previdenciário IPCA III Títulos Públicos	17,0%	2.452.532,47	2.403.327,48
BB Previdenciário Títulos Públicos IRF-M	4,7%	674.788,44	675.330,79
BNY Mellon Credit Master	0,0%	6.336,11	5.883,68
BNY Mellon Virtual Credit Yield	0,0%	4.917,68	4.797,13
Caixa Brasil Referenciado	3,5%	500.469,87 ✨	-
Caixa Brasil Títulos Públicos 2018 I	8,0%	1.159.647,30	1.135.668,45
Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M	4,7%	674.579,62	674.808,19
Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M 1	50,5%	7.280.567,56 ⬇️	7.654.590,70
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	1,0%	148.347,54	150.117,10
Caixa Ações Consumo	0,4%	60.858,31	60.862,79
Caixa Ações Infraestrutura	0,3%	45.503,80	47.034,41
Caixa Small Caps Ativo	0,3%	41.985,43	42.219,90
CONTAS CORRENTES	0,0%	3.176,74	3.833,05
Banco do Brasil	0,0%	2.782,74	3.439,05
Caixa Econômica Federal	0,0%	394,00	394,00
TOTAL DA CARTEIRA	100%	14.427.003,79	14.177.468,13

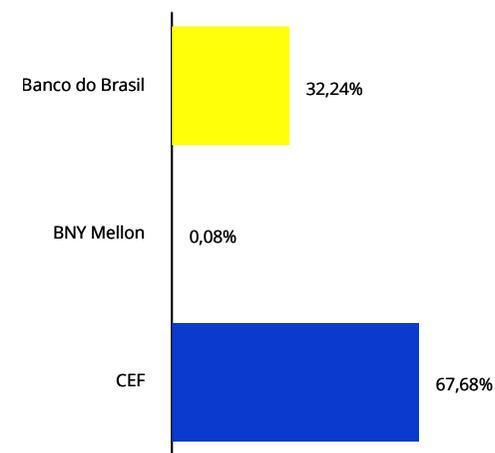
Distribuição da Carteira

Por Segmento



■ Fundos de Renda Fixa 98,95% ■ Contas Correntes 0,02%
■ Fundos de Renda Variável 1,03%

Por Instituição Financeira



⬇️ Entrada de Recursos

⬆️ Saída de Recursos

✨ Nova Aplicação

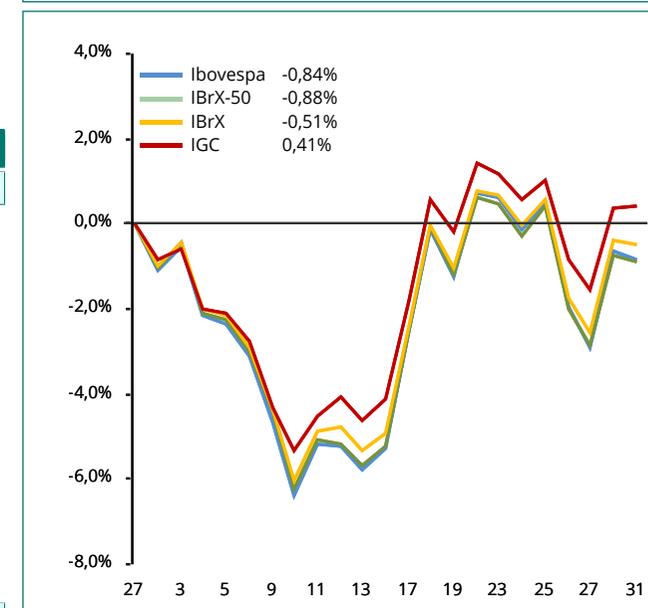
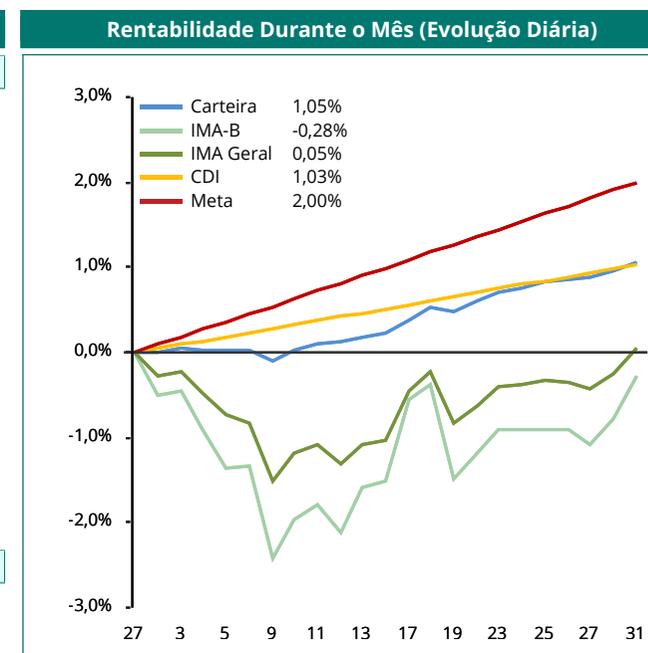
⊠️ Resgate Total



RENTABILIDADE POR INVESTIMENTO		NO MÊS		NO ANO		EM 252 DIAS ÚTEIS	
FUNDOS DE RENDA FIXA	Bench	Rent. %	% Meta	Rent. %	% Meta	Rent. %	% Meta
BB FIC Previdenciário Títulos Públicos IRF-M 1	IRF-M 1	0,89	44%	2,62	46%	10,66	72%
BB Previdenciário IPCA II Títulos Públicos	IDKa IPCA 3A	0,61	30%	4,23	74%	13,57	92%
BB Previdenciário IPCA III Títulos Públicos	IPCA + 6%	2,05	103%	5,15	90%	14,90	101%
BB Previdenciário Títulos Públicos IRF-M	IRF-M	-0,08	-4%	1,93	34%	10,52	71%
Caixa Brasil Referenciado	CDI	1,04	52%	2,82	49%	11,29	76%
Caixa Brasil Títulos Públicos 2018 I	IPCA + 6%	2,11	106%	5,15	90%	14,72	99%
Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M	IRF-M	-0,03	-2%	1,95	34%	10,58	71%
Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M 1	IRF-M 1	0,89	45%	2,68	47%	10,84	73%
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	Bench	Rent. %	% Meta	Rent. %	% Meta	Rent. %	% Meta
Caixa Ações Consumo	Sem bench	-0,01	0%	-2,47	-43%	13,54	91%
Caixa Ações Infraestrutura	Sem bench	-3,25	-163%	-4,74	-83%	-14,51	-98%
Caixa Small Caps Ativo	SMLL	-0,56	-28%	-11,02	-193%	-14,42	-97%

Observação: Os fundos que não possuem histórico completo não apresentam rentabilidade no respectivo período.

BENCHMARKS	NO MÊS		NO ANO		EM 252 DIAS ÚTEIS	
PRINCIPAIS INDICADORES	Rent. %	% Meta	Rent. %	% Meta	Rent. %	% Meta
CDI	1,03	52%	2,81	49%	11,20	76%
IMA Geral	0,05	2%	2,66	47%	12,48	84%
IMA-B	-0,28	-14%	3,38	59%	15,52	105%
IRF-M	-0,03	-2%	2,05	36%	10,78	73%
Ibovespa	-0,84	-42%	2,29	40%	1,75	12%
IBrX	-0,51	-25%	2,38	42%	1,81	12%
IBrX-50	-0,88	-44%	2,92	51%	2,37	16%
META ATUARIAL - INPC + 6 %	2,00		5,72		14,80	



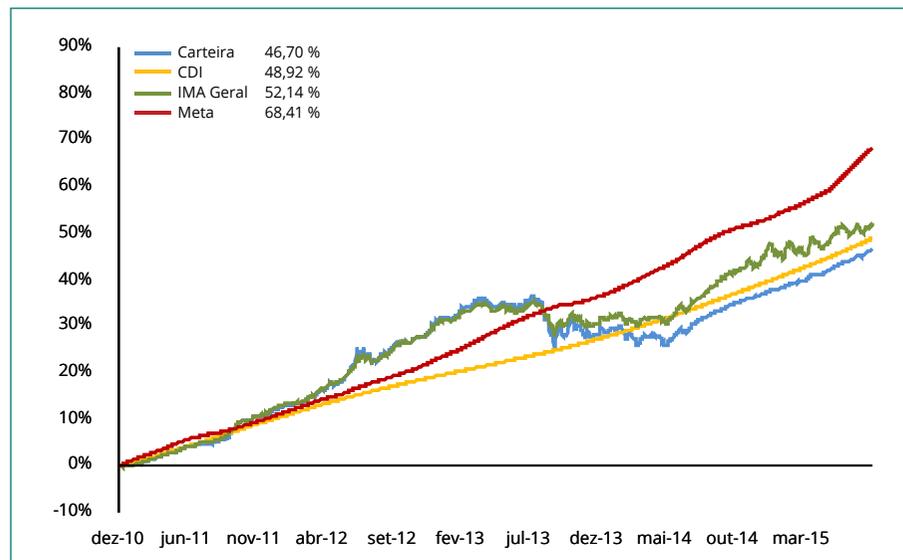


RESULTADO POR ATIVO EM REAIS - 2015	Janeiro	Fevereiro	Março	Abril	Maió	Junho	2015
FUNDOS DE RENDA FIXA	184.715,17	123.708,74	152.554,55				460.978,46
BB FIC Previdenciário Títulos Públicos IRF-M 1	3.236,86	2.837,19	4.537,06				10.611,11
BB Previdenciário IPCA II Títulos Públicos	25.377,11	9.761,41	6.045,02				41.183,54
BB Previdenciário IPCA III Títulos Públicos	37.066,51	35.523,65	49.204,99				121.795,15
BB Previdenciário Títulos Públicos IRF-M	11.503,84	1.829,82	(542,35)				12.791,31
BNY Mellon Credit Master	405,78	415,09	452,43				1.273,30
BNY Mellon Virtual Credit Yield	138,70	230,99	120,55				490,24
Caixa Brasil Referenciado	-	-	469,87				469,87
Caixa Brasil Títulos Públicos 2018 I	16.746,45	16.928,13	23.978,85				57.653,43
Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M	11.354,71	1.783,93	(228,57)				12.910,07
Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M 1	78.885,21	54.398,53	68.516,70				201.800,44
FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL	(13.332,96)	6.091,68	(1.769,56)				(9.010,84)
Caixa Ações Consumo	(3.517,43)	1.979,48	(4,48)				(1.542,43)
Caixa Ações Infraestrutura	(3.283,54)	2.547,70	(1.530,61)				(2.266,45)
Caixa Small Caps Ativo	(6.531,99)	1.564,50	(234,47)				(5.201,96)
TOTAL	171.382,21	129.800,42	150.784,99				451.967,62



Mês	Carteira	CDI	IMA G	Meta	% CDI	% IMA G	% Meta
Janeiro	1,24	0,93	2,14	1,97	133%	58%	63%
Fevereiro	0,92	0,82	0,46	1,65	113%	202%	56%
Março	1,05	1,03	0,05	2,00	102%	2.128%	53%
Abril							
Maio							
Junho							
Julho							
Agosto							
Setembro							
Outubro							
Novembro							
Dezembro							
Total	3,25	2,81	2,66	5,72	116%	122%	57%

Gráfico Rentabilidade da Carteira x CDI x IMA Geral x Meta (acumulado)



Carteira x Indicadores em 2015

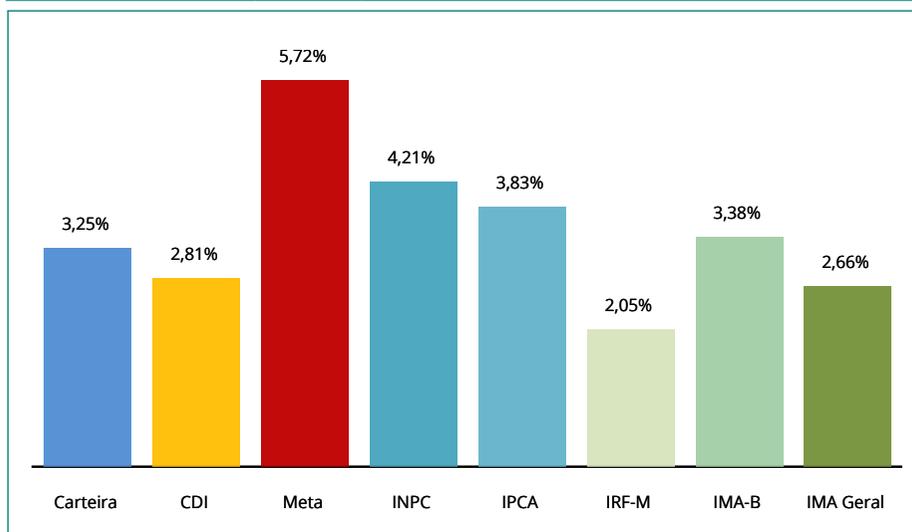
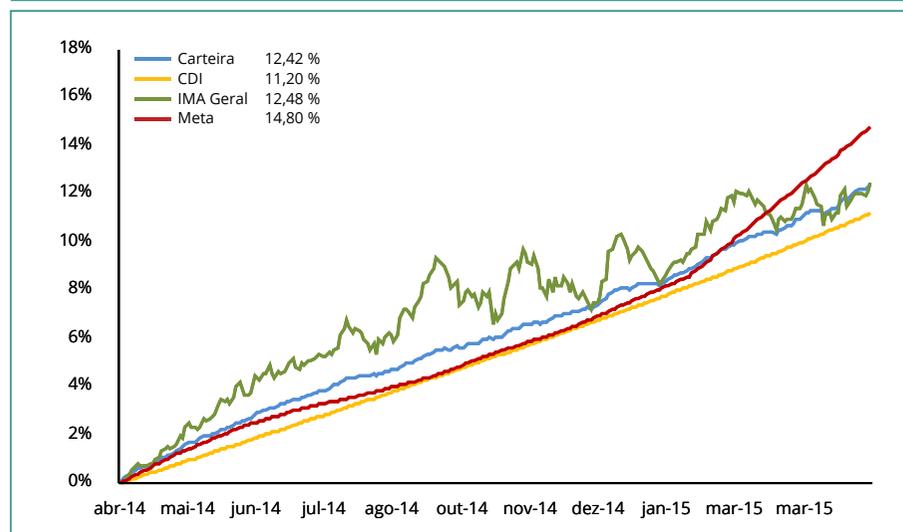


Gráfico Rentabilidade da Carteira x CDI x IMA Geral x Meta (em 252 dias úteis)





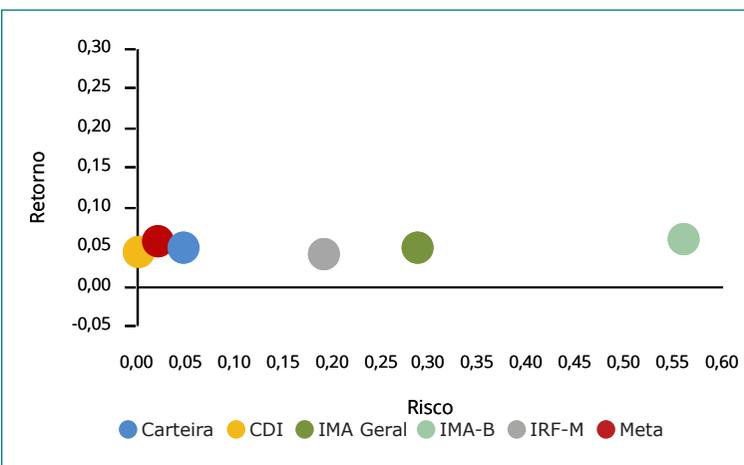
ÍNDICES	MARÇO	FEVEREIRO
IRF-M	63,42%	66,86%
IRF-M	9,35%	9,52%
IRF-M 1	54,07%	57,33%
IRF-M 1+	0,00%	0,00%
IMA-B	6,94%	7,02%
IMA-B	0,00%	0,00%
IMA-B 5	6,94%	7,02%
IMA-B 5+	0,00%	0,00%
IMA Geral	0,00%	0,00%
IDkA	0,00%	0,00%
IDkA 2 IPCA	0,00%	0,00%
IDkA 20 IPCA	0,00%	0,00%
Outros IDkA	0,00%	0,00%
FIDC	0,00%	0,00%
Fundos Imobiliários	0,00%	0,00%
Fundos Participações	0,00%	0,00%
Fundos DI	3,55%	0,08%
F. Crédito Privado	0,00%	0,00%
Fundos RF e Ref. DI	3,55%	0,08%
Multimercado	0,00%	0,00%
Outros RF	25,04%	24,96%
Renda Variável	1,03%	1,06%
Ibovespa	0,00%	0,00%
IBrX	0,00%	0,00%
IBrX-50	0,00%	0,00%
Governança Corp. (IGC)	0,00%	0,00%
Small Caps	0,29%	0,30%
Setorial	0,74%	0,76%
Outros RV	0,00%	0,00%

Relação Risco x Retorno (metodologia):

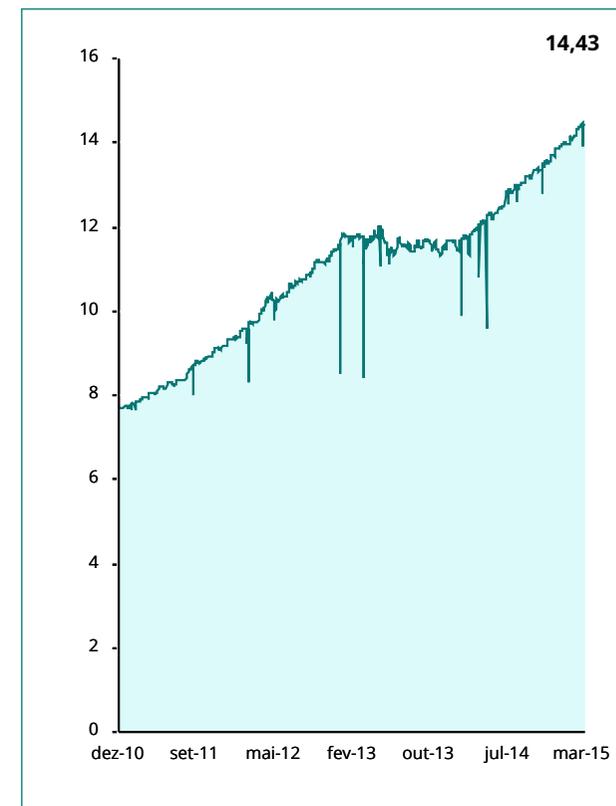
Através do gráfico de Relação Risco x Retorno, podemos visualizar se o risco está compatível ou não com o retorno apresentado, além de verificar a volatilidade (Desvio Padrão) da Meta Atuarial, do CDI, do IRF-M, do IMA-B, do IMA Geral e da própria Carteira.

Isto é, se a carteira está percentualmente mais atrelada ao IMA Geral, o ponto que identifica a relação Risco x Retorno desta carteira deve estar próximo do IMA Geral.

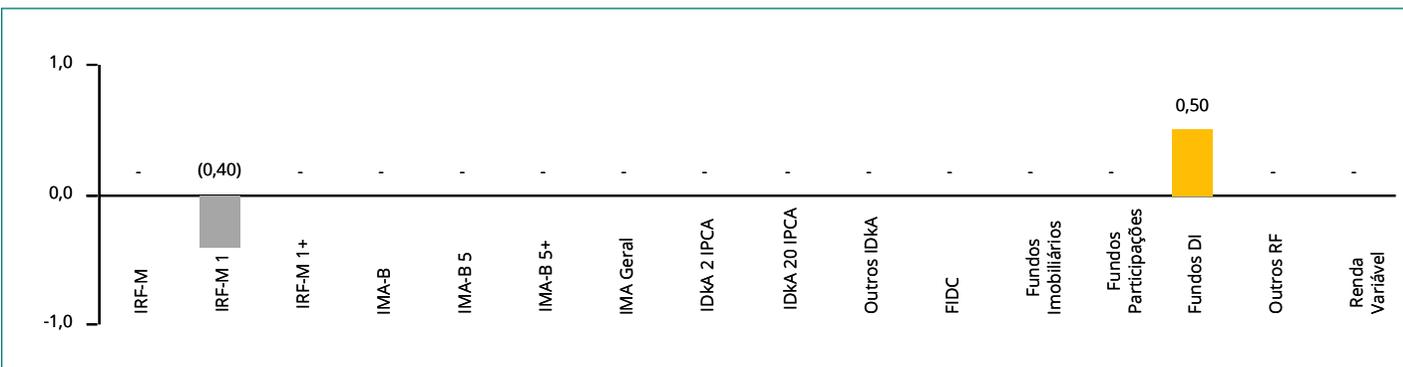
Relação Risco x Retorno da Carteira, em % (em 252 dias úteis)



Evolução do Patrimônio (em R\$ Milhões)



Movimentações de Recursos por Índices (durante o mês, em R\$ Milhões)





RESUMO DAS MOVIMENTAÇÕES

APLICAÇÕES			
Data	Valor	Movimento	Ativo
06/03/2015	141.279,76	Aplicação	Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M 1
10/03/2015	41.946,82	Aplicação	BB FIC Previdenciário Títulos Públicos IRF-M 1
27/03/2015	500.000,00	Aplicação	Caixa Brasil Referenciado

RESGATES			
Data	Valor	Movimento	Ativo
26/03/2015	583.819,60	Resgate	Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M 1

TOTALIZAÇÃO DAS MOVIMENTAÇÕES

Aplicações	683.226,58
Resgates	583.819,60
Saldo	99.406,98

O Demonstrativo das Aplicações e Relatório de Enquadramento atende aos parâmetros e limites estabelecidos através da Resolução e da Política de Investimento, facilitando o preenchimento do demonstrativo bimestral, através do site do Ministério da Previdência.



Segmento: Renda Fixa	Tipo de Ativo: FI 100 % Títulos TN - Art. 7º, I, "b"
CNPJ da Instituição Financeira: 00.000.000/0001-91	Nome da Instituição Financeira: Banco do Brasil
CNPJ do Fundo: 11.328.882/0001-35	Nome do Fundo: BB FIC Previdenciário Títulos Públicos IRF-M 1
Quantidade de Cotas: 312.723,43865500	Valor Atual da Cota: 1,66374524
Índice de Referência: IMA	Patrimônio Líquido do Fundo: 8.174.429.981,31
Valor Total Atual: 520.292,13	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,01%
Nível de Risco: Não se aplica	Agência de Risco: Não se aplica

Segmento: Renda Fixa	Tipo de Ativo: FI 100 % Títulos TN - Art. 7º, I, "b"
CNPJ da Instituição Financeira: 00.000.000/0001-91	Nome da Instituição Financeira: Banco do Brasil
CNPJ do Fundo: 19.303.794/0001-90	Nome do Fundo: BB Previdenciário IPCA II Títulos Públicos
Quantidade de Cotas: 850.612,34546000	Valor Atual da Cota: 1,17720878
Índice de Referência: IDKA	Patrimônio Líquido do Fundo: 923.395.620,41
Valor Total Atual: 1.001.348,32	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,11%
Nível de Risco: Não se aplica	Agência de Risco: Não se aplica

Segmento: Renda Fixa	Tipo de Ativo: FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV
CNPJ da Instituição Financeira: 00.000.000/0001-91	Nome da Instituição Financeira: Banco do Brasil
CNPJ do Fundo: 19.303.795/0001-35	Nome do Fundo: BB Previdenciário IPCA III Títulos Públicos
Quantidade de Cotas: 2.091.809,81416600	Valor Atual da Cota: 1,17244525
Índice de Referência: IPCA + 6 %	Patrimônio Líquido do Fundo: 879.512.819,73
Valor Total Atual: 2.452.532,47	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,28%
Nível de Risco: Não se aplica	Agência de Risco: Não se aplica

Segmento: Renda Fixa	Tipo de Ativo: FI 100 % Títulos TN - Art. 7º, I, "b"
CNPJ da Instituição Financeira: 00.000.000/0001-91	Nome da Instituição Financeira: Banco do Brasil
CNPJ do Fundo: 07.111.384/0001-69	Nome do Fundo: BB Previdenciário Títulos Públicos IRF-M
Quantidade de Cotas: 213.956,30837300	Valor Atual da Cota: 3,15386092
Índice de Referência: IMA	Patrimônio Líquido do Fundo: 2.501.587.214,16
Valor Total Atual: 674.788,44	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,03%
Nível de Risco: Não se aplica	Agência de Risco: Não se aplica

Segmento: Renda Fixa	Tipo de Ativo: FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"
CNPJ da Instituição Financeira: 02.201.501/0001-61	Nome da Instituição Financeira: BNY Mellon
CNPJ do Fundo: 06.086.158/0001-02	Nome do Fundo: BNY Mellon Credit Master
Quantidade de Cotas: 21,50564931	Valor Atual da Cota: 294,62540464
Índice de Referência: Não se aplica	Patrimônio Líquido do Fundo: 1.917.961,80
Valor Total Atual: 6.336,11	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,33%
Nível de Risco: Baixo	Agência de Risco: Outros

Segmento: Renda Fixa	Tipo de Ativo: FI Renda Fixa "Crédito Privado" - Art. 7º, VII, "b"
CNPJ da Instituição Financeira: 02.201.501/0001-61	Nome da Instituição Financeira: BNY Mellon
CNPJ do Fundo: 04.877.280/0001-71	Nome do Fundo: BNY Mellon Virtual Credit Yield
Quantidade de Cotas: 9.495,15980418	Valor Atual da Cota: 0,51791404
Índice de Referência: Não se aplica	Patrimônio Líquido do Fundo: 6.115.889,79
Valor Total Atual: 4.917,68	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,08%
Nível de Risco: Baixo	Agência de Risco: Outros

Segmento: Renda Fixa	Tipo de Ativo: FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV
CNPJ da Instituição Financeira: 00.360.305/0001-04	Nome da Instituição Financeira: CEF
CNPJ do Fundo: 03.737.206/0001-97	Nome do Fundo: Caixa Brasil Referenciado
Quantidade de Cotas: 212.611,70087200	Valor Atual da Cota: 2,35391500
Índice de Referência: CDI	Patrimônio Líquido do Fundo: 4.198.774.777,42
Valor Total Atual: 500.469,87	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,01%
Nível de Risco: Não se aplica	Agência de Risco: Não se aplica

Segmento: Renda Fixa	Tipo de Ativo: FI de Renda Fixa - Art. 7º, IV
CNPJ da Instituição Financeira: 00.360.305/0001-04	Nome da Instituição Financeira: CEF
CNPJ do Fundo: 18.598.256/0001-08	Nome do Fundo: Caixa Brasil Títulos Públicos 2018 I
Quantidade de Cotas: 1.050.000,00000000	Valor Atual da Cota: 1,10442600
Índice de Referência: IPCA + 6 %	Patrimônio Líquido do Fundo: 1.107.389.976,77
Valor Total Atual: 1.159.647,30	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,10%
Nível de Risco: Não se aplica	Agência de Risco: Não se aplica

Segmento: Renda Fixa	Tipo de Ativo: FI 100 % Títulos TN - Art. 7º, I, "b"
CNPJ da Instituição Financeira: 00.360.305/0001-04	Nome da Instituição Financeira: CEF
CNPJ do Fundo: 14.508.605/0001-00	Nome do Fundo: Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M
Quantidade de Cotas: 557.477,55862700	Valor Atual da Cota: 1,21005700
Índice de Referência: IMA	Patrimônio Líquido do Fundo: 404.987.509,67
Valor Total Atual: 674.579,62	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,17%
Nível de Risco: Não se aplica	Agência de Risco: Não se aplica

Segmento: Renda Fixa	Tipo de Ativo: FI 100 % Títulos TN - Art. 7º, I, "b"
CNPJ da Instituição Financeira: 00.360.305/0001-04	Nome da Instituição Financeira: CEF
CNPJ do Fundo: 10.740.670/0001-06	Nome do Fundo: Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M 1
Quantidade de Cotas: 4.586.863,27490600	Valor Atual da Cota: 1,58726500
Índice de Referência: IMA	Patrimônio Líquido do Fundo: 10.500.407.139,31
Valor Total Atual: 7.280.567,54	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,07%
Nível de Risco: Não se aplica	Agência de Risco: Não se aplica

Segmento: Renda Variável	Tipo de Ativo: FI em Ações - Art. 8º, III
CNPJ da Instituição Financeira: 00.360.305/0001-04	Nome da Instituição Financeira: CEF
CNPJ do Fundo: 10.577.512/0001-79	Nome do Fundo: Caixa Ações Consumo
Quantidade de Cotas: 50.932,27281000	Valor Atual da Cota: 1,19488700
Índice de Referência: Não se aplica	Patrimônio Líquido do Fundo: 18.812.930,56
Valor Total Atual: 60.858,31	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,32%

Segmento: Renda Variável	Tipo de Ativo: FI em Ações - Art. 8º, III
CNPJ da Instituição Financeira: 00.360.305/0001-04	Nome da Instituição Financeira: CEF
CNPJ do Fundo: 10.551.382/0001-03	Nome do Fundo: Caixa Ações Infraestrutura
Quantidade de Cotas: 51.238,80858700	Valor Atual da Cota: 0,88807300
Índice de Referência: Não se aplica	Patrimônio Líquido do Fundo: 16.269.213,40
Valor Total Atual: 45.503,80	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,28%



Segmento: Renda Variável

Tipo de Ativo: FI em Ações - Art. 8º, III

CNPJ da Instituição Financeira: 00.360.305/0001-04	Nome da Instituição Financeira: CEF
CNPJ do Fundo: 15.154.220/0001-47	Nome do Fundo: Caixa Small Caps Ativo
Quantidade de Cotas: 55.220,15661100	Valor Atual da Cota: 0,76032800
Índice de Referência: Não se aplica	Patrimônio Líquido do Fundo: 10.740.518,58
Valor Total Atual: 41.985,43	% do Pat. Líq. do Fundo: 0,39%

Segmento: Disponibilidades Financeiras

Saldo 3.176,74


SEGMENTO DE RENDA FIXA

Artigo	Tipo de Ativo	Condições de Enquadramento	Limite	Lim. PI	Total (R\$)	% da Carteira	Status
7º	Segmento Renda Fixa		100%	100%	14.275.479,51	98,9%	Enquadrado
7º, I, a	Títulos do Tesouro Nacional	Negociação via plataforma eletrônica	100%	30%	-	0,0%	Enquadrado
7º, I, b	Fundos de Investimento 100% TTN (IMA e IDkA)	Condomínio aberto e bechmark IMA ou IDkA	100%	100%	10.151.576,08	70,4%	Enquadrado
7º, II	Operações Compromissadas	Exclusivamente com lastro em TTN	15%	0%	-	0,0%	Enquadrado
7º, III	Fundos de Investimento Renda Fixa ou Referenciados (IMA e IDkA)	Benchmark IMA ou IDkA e baixo risco de crédito	80%	50%	-	0,0%	Enquadrado
7º, IV	Fundos de Investimento Renda Fixa ou Referenciados	Benchmark de Renda Fixa e baixo risco de crédito	30%	30%	4.112.649,64	28,5%	Enquadrado
7º, V	Depósito em Poupança	Instituição de baixo risco de crédito	20%	0%	-	0,0%	Enquadrado
7º, VI e VII	FIDCs Abertos, Fechados, Fundos Renda Fixa ou Referenciados (Crédito Privado)		15%	15%	11.253,79	0,1%	Enquadrado
7º, VI	FIDCs Abertos	Condomínio aberto e baixo risco de crédito	15%	15%	-	0,0%	Enquadrado
7º, VII	FIDCs Fechados e Fundos Renda Fixa ou Referenciados (Crédito Privado)		5%	5%	11.253,79	0,1%	Enquadrado
7º, VII, a	FIDCs Fechados	Condomínio fechado e baixo risco de crédito	5%	5%	-	0,0%	Enquadrado
7º, VII, b	Fundos Renda Fixa ou Referenciados	"Crédito privado" no nome e baixo risco de crédito	5%	5%	11.253,79	0,1%	Enquadrado

SEGMENTO DE RENDA VARIÁVEL

Artigo	Tipo de Ativo	Condições de Enquadramento	Limite	Lim. PI	Total (R\$)	% da Carteira	Status
8º	Segmento Renda Variável		30%	30%	148.347,54	1,0%	Enquadrado
8º, I	Fundos de Investimento Referenciados em Ações	Benchmark Ibovespa, IBrX ou IBrX-50, exclusivamente	30%	10%	-	0,0%	Enquadrado
8º, II	Fundos de Índices Referenciados em Ações	Benchmark Ibovespa, IBrX ou IBrX-50, exclusivamente	20%	7%	-	0,0%	Enquadrado
8º, III	Fundos de Investimento em Ações	Condomínio aberto	15%	9%	148.347,54	1,0%	Enquadrado
8º, IV	Fundos de Investimento Multimercado	Condomínio aberto e sem alavancagem	5%	5%	-	0,0%	Enquadrado
8º, V	Fundos de Investimento em Participações	Condomínio fechado	5%	5%	-	0,0%	Enquadrado
8º, VI	Fundos de Investimento Imobiliário	Cotas negociadas em bolsa de valores	5%	5%	-	0,0%	Enquadrado
9º	Imóveis Vinculados ao RPPS	Imóveis vinculados por lei ao RPPS	100%	100%	-	0,0%	Enquadrado
20º	Conta Corrente	Informar os saldos em Contas Correntes	100%	100%	3.176,74	0,0%	Enquadrado

TOTAL DE CARTEIRA
14.427.003,79 100%
COMENTÁRIOS SOBRE O ENQUADRAMENTO

A carteira encontra-se enquadrada de acordo com a Resolução 3.922 do CMN e a Política de Investimento vigente.

O Relatório de Consolidação das Carteiras de Fundos tem como principal objetivo demonstrar de forma clara e transparente como é a composição de cada fundo de investimento e, posteriormente, da carteira do RPPS como um todo.



FUNDOS DE RENDA FIXA

BB FIC Previdenciário Títulos Públicos IRF-M 1

Títulos Públicos	-	0,0%
LFT	-	
LTN	-	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	-	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
CCB	-	
Debêntures	-	
DPGE	-	
Cotas de Fundos	8.174.481.578,87	100,0%
Ações	-	0,0%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	4,41	0,0%
Contas a pagar ou receber	(51.601,97)	0,0%
Patrimônio do Fundo	8.174.429.981,31	100%

BB Top IRF-M 1
(FI do BB FIC Previdenciário Títulos Públicos IRF-M 1)

Títulos Públicos	8.172.758.689,75	100,0%
LFT	180.570.127,34	
LTN	4.503.444.498,90	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	3.488.744.063,51	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
CCB	-	
Debêntures	-	
DPGE	-	
Cotas de Fundos	-	0,0%
Ações	-	0,0%
Derivativos	1.883.122,00	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	1.455,74	0,0%
Contas a pagar ou receber	(161.688,62)	0,0%
Patrimônio do Fundo	8.174.481.578,87	100%

BB Previdenciário IPCA II Títulos Públicos

Títulos Públicos	923.409.289,58	100,0%
LFT	-	
LTN	-	
NTN - B	922.149.001,35	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	1.260.288,23	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
DPGE	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória	-	
Cotas de Fundos	-	0,0%
Ações	-	0,0%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	7.245,99	0,0%
Contas a pagar ou receber	(20.915,16)	0,0%
Patrimônio do Fundo	923.395.620,41	100%

BB Previdenciário IPCA III Títulos Públicos

Títulos Públicos	879.531.382,67	100,0%
LFT	-	
LTN	-	
NTN - B	877.949.877,74	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	1.581.504,93	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
DPGE	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória	-	
Cotas de Fundos	-	0,0%
Ações	-	0,0%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	6.432,94	0,0%
Contas a pagar ou receber	(24.995,88)	0,0%
Patrimônio do Fundo	879.512.819,73	100%



FUNDOS DE RENDA FIXA

BB Previdenciário Títulos Públicos IRF-M

Títulos Públicos	2.500.012.132,48	99,9%
LFT	55.104.007,97	
LTN	895.533.372,31	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	633.943.295,34	
Operações Compromissadas	915.431.456,86	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
DPGE	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória	-	
Cotas de Fundos	-	0,0%
Ações	-	0,0%
Derivativos	1.626.526,16	0,1%
Outros	-	0,0%
Caixa	2.072,11	0,0%
Contas a pagar ou receber	(53.516,59)	0,0%
Patrimônio do Fundo	2.501.587.214,16	100%

BNY Mellon Credit Master

Títulos Públicos	3.091.954,24	161,2%
LFT	-	
LTN	-	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	3.091.954,24	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
DPGE	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória	-	
Cotas de Fundos	1.566.494,11	81,7%
Ações	-	0,0%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	90,85	0,0%
Contas a pagar ou receber	(2.740.577,40)	-142,9%
Patrimônio do Fundo	1.917.961,80	100%

BNY Mellon Virtual Credit Yield

Títulos Públicos	7.662.669,19	125,3%
LFT	-	
LTN	-	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	7.662.669,19	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
DPGE	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória	-	
Cotas de Fundos	5.407.156,39	88,4%
Ações	-	0,0%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	1.095,78	0,0%
Contas a pagar ou receber	(6.955.031,57)	-113,7%
Patrimônio do Fundo	6.115.889,79	100%

Caixa Brasil Referenciado

Títulos Públicos	2.486.447.627,46	59,2%
LFT	950.744.451,38	
LTN	-	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	1.535.703.176,08	
Títulos Privados	1.712.428.285,35	40,8%
CDB	458.350.077,46	
DPGE	107.675.901,89	
Debêntures	8.094.480,50	
Nota Promissória e LF	1.138.307.825,50	
Cotas de Fundos	-	0,0%
Ações	-	0,0%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	3.392,99	0,0%
Contas a pagar ou receber	(104.528,38)	0,0%
Patrimônio do Fundo	4.198.774.777,42	100%



FUNDOS DE RENDA FIXA

Caixa Brasil Títulos Públicos 2018 I

Títulos Públicos	1.107.416.214,83	100,0%
LFT	-	
LTN	-	
NTN - B	1.106.151.820,55	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	1.264.394,28	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
DPGE	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória e LF	-	
Cotas de Fundos	-	0,0%
Ações	-	0,0%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	1.299,60	0,0%
Contas a pagar ou receber	(27.537,66)	0,0%
Patrimônio do Fundo	1.107.389.976,77	100%

Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M

Títulos Públicos	404.649.170,21	99,9%
LFT	83.253.047,73	
LTN	101.641.537,69	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	219.754.584,79	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
DPGE	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória e LF	-	
Cotas de Fundos	-	0,0%
Ações	-	0,0%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	1.750,27	0,0%
Contas a pagar ou receber	336.589,19	0,1%
Patrimônio do Fundo	404.987.509,67	100%

FUNDOS DE RENDA FIXA

Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M 1

Títulos Públicos	10.499.075.522,18	100,0%
LFT	435.993.223,53	
LTN	4.778.902.686,67	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	5.284.179.611,98	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
DPGE	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória e LF	-	
Cotas de Fundos	-	0,0%
Ações	-	0,0%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	2.536,63	0,0%
Contas a pagar ou receber	1.329.080,50	0,0%
Patrimônio do Fundo	10.500.407.139,31	100%

FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL

Caixa Ações Consumo

Títulos Públicos	-	0,0%
LFT	-	
LTN	-	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	-	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
CCB	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória	-	
Cotas de Fundos	696.369,98	3,7%
Ações	18.643.817,74	99,1%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	-	0,0%
Contas a pagar ou receber	(527.257,16)	-2,8%
Patrimônio do Fundo	18.812.930,56	100%



FUNDOS DE RENDA VARIÁVEL

Caixa Ações Infraestrutura

Títulos Públicos	-	0,0%
LFT	-	
LTN	-	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	-	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
CCB	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória	-	
Cotas de Fundos	69.629,46	0,4%
Ações	15.992.112,00	98,3%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	-	0,0%
Contas a pagar ou receber	207.471,94	1,3%
Patrimônio do Fundo	16.269.213,40	100%

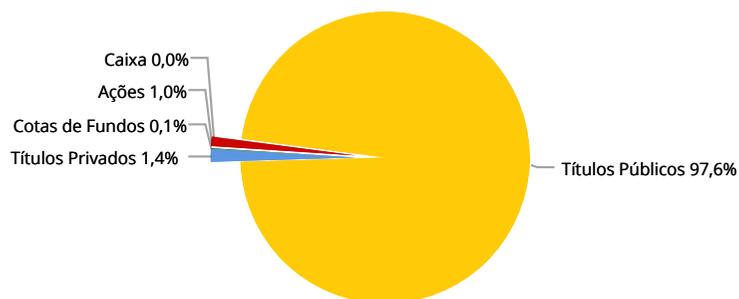
Caixa Small Caps Ativo

Títulos Públicos	-	0,0%
LFT	-	
LTN	-	
NTN - B	-	
NTN - C	-	
NTN - F	-	
Operações Compromissadas	-	
Títulos Privados	-	0,0%
CDB	-	
CCB	-	
Debêntures	-	
Nota Promissória	-	
Cotas de Fundos	121.704,02	1,1%
Ações	10.639.202,09	99,1%
Derivativos	-	0,0%
Outros	-	0,0%
Caixa	-	0,0%
Contas a pagar ou receber	(20.387,53)	-0,2%
Patrimônio do Fundo	10.740.518,58	100%

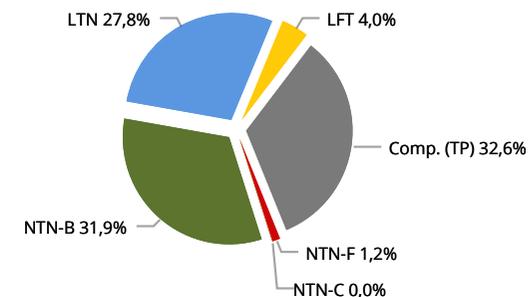


ATIVOS	Títulos Públicos	Títulos Privados	Cotas de Fundos	Ações	Caixa	Outros	TOTAL
BB FIC Previdenciário Títulos Públicos IRF-M 1	520.185,76	-	-	-	0,09	106,28	520.292,14
BB Previdenciário IPCA II Títulos Públicos	1.001.363,14	-	-	-	7,86	(22,68)	1.001.348,32
BB Previdenciário IPCA III Títulos Públicos	2.452.584,23	-	-	-	17,94	(69,70)	2.452.532,47
BB Previdenciário Títulos Públicos IRF-M	674.363,57	-	-	-	0,56	424,31	674.788,44
BNY Mellon Credit Master	10.214,47	-	5.175,01	-	0,30	(9.053,67)	6.336,11
BNY Mellon Virtual Credit Yield	6.161,42	-	4.347,80	-	0,88	(5.592,42)	4.917,68
Caixa Brasil Referenciado	296.370,30	204.111,63	-	-	0,40	(12,46)	500.469,87
Caixa Brasil Títulos Públicos 2018 I	1.159.674,78	-	-	-	1,36	(28,84)	1.159.647,30
Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M	674.016,05	-	-	-	2,92	560,65	674.579,62
Caixa Brasil Títulos Públicos IRF-M 1	7.279.644,27	-	-	-	1,76	921,53	7.280.567,56
Caixa Ações Consumo	-	-	2.252,70	60.311,24	-	(1.705,63)	60.858,31
Caixa Ações Infraestrutura	-	-	194,75	44.728,77	-	580,28	45.503,80
Caixa Small Caps Ativo	-	-	475,75	41.589,38	-	(79,70)	41.985,43
Caixa (Disponibilidade)	-	-	-	-	3.176,74	-	3.176,74
TOTAL (em Reais)	14.074.577,99	204.111,63	12.446,01	146.629,39	3.210,81	(13.972,04)	14.427.003,79

Distribuição da Carteira Consolidada



Distribuição da Carteira Consolidada (Títulos Públicos)



Os Comentários do Mês, elaborados pela equipe de Economia da SMI Consultoria de Investimentos, se propõem a descrever e interpretar os eventos macroeconômicos brasileiros e mundiais, com o objetivo de maximizar os resultados da carteira de investimentos do RPPS.



Análise Macroeconômica

No decorrer de março, a diferença da política monetária americana em relação ao resto do mundo permaneceu sendo o principal destaque. O Comitê de Política Monetária do FOMC divulgou, após sua reunião, um comunicado mostrando disposição em aguardar mais algum tempo antes de iniciar a elevação das taxas de juros, o que é muito positivo, em nossa opinião. Na Zona do Euro, foi iniciado o Quantitative Easing, plano que está aumentando a liquidez da região. Na China, o cenário continua muito propício para a colocação de novos estímulos por parte do Governo, sejam eles fiscais ou monetários.

Março foi mais um mês marcado pela expectativa em relação ao momento em que se iniciará a elevação das taxas de juros da economia americana. Pelo fato deste assunto ganhar cada vez mais relevância – dada a proximidade da ação – daremos, neste mês, ênfase especial ao tema. Alguns membros do Fed mantiveram suas posições, indicando a intenção de subir juros já em junho, enquanto o comunicado do FOMC e o discurso da Presidente do Fed, Janet Yellen tiveram um caráter dovish – isto é, favorável à manutenção dos juros baixos por mais algum tempo.

Realçamos que, do nosso ponto de vista, não há sentido econômico em o Fed iniciar a elevação dos juros no cenário atual, de inflação zero (resultado de fevereiro acumulado em 12 meses). É especialmente devido à inflação baixa que acreditamos ser mais provável que o aumento dos juros nos EUA ocorra apenas no terceiro trimestre, mais especificamente em setembro. Mesmo assim, não podemos ignorar o risco dos juros serem elevados já na reunião de junho, dado que o partido Republicano não estaria confortável com a manutenção das taxas em um patamar tão próximo de zero por mais tempo.

Desta forma, é muito importante salientar um risco relevante para a atividade econômica americana e dos demais países do mundo, além de suas consequências para o mercado financeiro. A elevação dos juros, se ocorrer de forma prematura, deverá atrapalhar a trajetória de crescimento americana, acentuando sua desaceleração que vem ocorrendo desde o final do ano passado.

Em períodos de elevação de juros, as empresas tendem a reduzir seus investimentos e as famílias a reduzir seu consumo. Além disso, juros mais altos nos EUA fazem com que o dólar fique ainda mais apreciado, o que acaba dificultando as exportações dos EUA para outros países e estimulando que os americanos comprem produtos importados. É desta maneira que o aumento

de juros faz com que os principais motores para o crescimento de um país (consumo, investimento e exportações) percam força – e é por isso que acreditamos ser mais adequado que a elevação dos juros se dê apenas em setembro.

De acordo com a entrevista da Janet Yellen, a elevação dos juros será feita partir do momento em que houver melhoras adicionais do mercado de trabalho e confiança quanto à convergência da inflação no médio prazo para a meta de 2,0%. As projeções econômicas do Comitê, divulgadas após a reunião, mostraram redução tanto nas expectativas de crescimento quanto na inflação para 2015, 2016 e 2017. A distribuição das expectativas dos membros do FED sobre a taxa de juros para o término desse ano teve sua mediana reduzida de 1,13% para 0,63%, o que sugere que serão feitas apenas duas elevações de 0,25 p.p. neste ano na taxa de juros americana.

Na Zona do Euro, tivemos o primeiro mês com as compras mensais de ativos por parte do Banco Central Europeu. O BCE detalhou seu programa de estímulos, que poderá comprar títulos corporativos e títulos de países cujas taxas de juros estejam negativas. O início do programa fortaleceu a queda da cotação do euro em termos de dólar, que passou de US\$1,11 no final de fevereiro para US\$1,07 no último dia de março, perfazendo uma queda de 4,18% da moeda da região. Além disso, os dados divulgados foram, em sua maioria, bastante positivos, em especial os PMIs – Purchase Manufacturing Index (Índice de Gerente de Compras), que assinalaram resultados positivos, e nos fizeram revisar a projeção de crescimento da Zona do Euro de 1% para 1,3% neste ano.

Na China, depois de o Banco Central ter reduzido juros em fevereiro, os dados continuaram a retratar uma economia em desaceleração e com a inflação muito baixa. Conforme já colocamos em cartas passadas, esta é a situação mais propícia para que o Governo (de qualquer país) coloque estímulos sobre a economia, sejam eles fiscais ou monetários. Como se sabe, o Governo chinês tem um histórico altamente intervencionista – neste sentido, a colocação de estímulos por parte do Governo é “juntar a fome com a vontade de comer”. Por isso acreditamos que os juros sejam mais uma vez reduzidos neste segundo trimestre do ano. Também chamou a atenção uma diretiva da Comissão Regulatória de Bancos, que pediu às instituições financeiras que aumentem a concessão de empréstimos e sejam tolerantes com “maus empréstimos”, o que mostra de forma evidente o risco de crédito que está se formando no país.

Ao longo do mês de março, a desaceleração da economia brasileira ficou ainda mais clara, o que agravou em grande medida o cenário político já conturbado.



Nosso Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, permanece sendo fundamental para a perspectiva econômica brasileira, que, embora no curto prazo seja muito ruim, tende a ser razoável no médio ou longo prazo, caso o Ministro consiga atingir os objetivos aos quais se propôs.

A taxa de desemprego de fevereiro, divulgada em março, novamente trouxe piora do mercado de trabalho: a taxa aumentou dos 5,3% de desemprego em janeiro para 5,9% em fevereiro, como consequência do aumento de pessoas desocupadas. Para os próximos meses a tendência ainda é de piora (a taxa de desemprego deve superar os 6,5%), em decorrência do aumento da população economicamente ativa (pessoas que estão trabalhando ou procurando emprego) e de menos vagas sendo criadas. Quando olhamos para os rendimentos, o cenário permanece desalentador: o rendimento real médio da população caiu 1,1% neste ano – o que significa dizer que a população está literalmente com menos dinheiro para consumir.

Assim, reduzimos novamente nossa expectativa de crescimento para a economia brasileira, de -1% para -1,4% neste ano, e de 1,5% para 1,1% no próximo ano. A inflação deve continuar se elevando, e ficar próxima a 9% no final de 2015 (anteriormente projetávamos 8%).

Neste contexto de estagflação (estagnação econômica e inflação elevada), as medidas de aperto fiscal e monetário têm impacto ainda mais duro sobre a população, que já não estava muito satisfeita com a Presidente Dilma e encontrou nos diversos indícios de corrupção um excelente motivo para protestar. Assim, no dia 15 de março, a população foi às ruas com diferentes pautas – de acordo com o DataFolha, na manifestação ocorrida na Avenida Paulista, 47% dos manifestantes foram às ruas pelo fim da corrupção, 27% pelo impeachment de Dilma, 20% contra o PT e 14% contra os políticos de maneira geral.

Em um primeiro momento, as manifestações deixaram os investidores cautelosos pelo receio de uma crise política dificultar o ajuste fiscal elaborado por Joaquim Levy e levar ao rebaixamento da nota de rating soberano brasileiro. Não foi o que ocorreu. As visitas da Fitch e da Standard & Poor's tiveram resultados positivos, pois as duas agências mantiveram a nota de risco brasileira e a perspectiva estável. A visita da Moody's não trouxe grandes preocupações, embora a agência tenha mantido a perspectiva negativa para nossa nota de risco. A palavra e a determinação de Joaquim Levy foram fundamentais para a confiança das agências de rating – olhando apenas para os números, as perspectivas para o Brasil não ensejariam tanta confiança.

O trabalho do Ministro continua difícil, porém ainda é executável. No último dia útil de março, Levy passou mais de 7h na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, com o objetivo de defender o ajuste fiscal. O Ministro buscou demonstrar aos congressistas a importância do ajuste – e, principalmente, como seria grave para toda a população caso o país perdesse o grau de investimento, desmistificando a ideia de que o ajuste é algo que interessa apenas ao setor financeiro e que ele é necessário para mantermos as conquistas sociais dos últimos 10 ou 15 anos.

Também no último dia de março foi divulgado o resultado fiscal do setor público do mês de fevereiro. O resultado veio muito abaixo do esperado: déficit de R\$2,3 bilhões, ante o resultado de janeiro de R\$21 bilhões. No ano, o resultado fiscal foi soma R\$18,7 bilhões, enquanto a meta do ano seria de R\$66,3 bilhões. Além de já se ter 28% da meta do ano cumprida, o resultado de fevereiro assustou apenas à primeira vista: na verdade, o Tesouro buscou parar com a realização de “pedaladas fiscais”, prática em que o Governo adia o pagamento de determinada despesa de um mês para o mês seguinte com o objetivo de atingir um resultado artificialmente bom no mês corrente. Assim, no mês seguinte é necessária uma nova “pedalada” para que a “pedalada” anterior não atrapalhe o resultado do novo mês.

Não é difícil perceber que esta prática, além de ferir qualquer princípio básico de governança, apenas mascara os dados e não traz melhora da situação fiscal do país. Com isso em mente, Levy resolveu “despedalar” e não trouxe um resultado fiscal positivo para o segundo mês do ano. O problema é que a prática das “pedaladas” parece ter sido feita de forma tão recorrente no mandato do antigo Ministro da Fazenda, que desfazer todas as pedaladas inviabilizaria a meta fiscal deste ano. Ainda não se sabe qual solução será dada por Levy, mas ao menos sabemos que o Ministro trabalhará com muito mais transparência em relação à gestão anterior.

Com relação à política monetária, passamos a esperar um período mais intenso de elevação da meta da Taxa Selic, no qual o Copom a colocaria em 14% a.a., em decorrência das projeções de inflação cada vez mais elevadas.

Se levarmos em conta que a inflação esperada no final deste ano é de 8,8%, uma taxa Selic de 14% deixaria o juro real (diferença entre os juros nominais – Taxa Selic – e a inflação – IPCA) em aproximadamente 4,8%, mesmo patamar de fevereiro de 2014 (quando a Selic foi elevada a 10,75% e a inflação estava



em 5,68%) e do final de janeiro deste ano (quando a Selic foi elevada a 12,25% e a inflação fechou o mês em 7,14%). Desta forma, para que o Banco Central mantenha a taxa real de juros em 4,8%, é necessário promover mais duas elevações da meta da Taxa Selic de 0,50 p.p. nas próximas duas reuniões (abril e de junho), e, por fim, finalizar o ciclo com um aumento de 0,25 p.p. na reunião de julho.

Renda Fixa

Março foi um mês estressante. Não só pelos piores dados da economia brasileira adicionados ao embate político, como também pela ansiedade do mercado global com a expectativa dos EUA elevarem sua taxa de juros precocemente.

No Brasil, o mês começou nervoso. As curvas de juros abriram fortemente, já na primeira quinzena do mês. A parte curta da curva, já abria 6,3% e parte longa 8,35%. O cenário político interno foi o maior motivador dessa pressão de alta. As visitas das agências de risco S&P e Moody's também contribuíram para o aumento da tensão. O papel do Ministro da Fazenda, Joaquim Levy, nas reuniões com as agências de risco foi decisivo para que elas concedessem ao Brasil um voto de confiança e não alterassem a nossa nota de rating para baixo.

Apenas no final do mês, mais exatamente no último dia útil, Levy conseguiu transmitir a mensagem de quão arriscado será para o País a não concretização do ajuste fiscal. As curvas de juros cederam um pouco, fechando em um patamar intermediário entre o fechamento de fevereiro e o dia 16 de março. Os juros de curto prazo (FUT DI1 F16, com vencimento em janeiro de 2016) abriram o mês a 13,04% a.a. e fecharam em 13,55% a.a. Esse movimento de alta ficou ainda mais nítido nos juros de longo prazo (FUT DI1 F21, com vencimento em janeiro de 2021) que abriram o mês em 12,76% a.a. e fecharam em 13,40% a.a. Os índices de renda fixa IMA-B e IRF-M tiveram uma queda marginal no mês. O IMA-B fechou em -0,28% e o IRF-M fechou em -0,03%. O CDI apresentou variação de 1,04%.

O mês começou com a expectativa de alta nas taxas de juros americanas já em junho, devido aos dados econômicos mais robustos daquele país. O discurso da Presidente do Fed, Janet Yellen, deu mais segurança aos mercados de que essa possibilidade é remota, pois ainda existem alguns indicativos decisivos para que isso aconteça, como, por exemplo, o aumento da expectativa de inflação e o aumento da taxa de participação (mercado de trabalho). As taxas

de juros de longo prazo dos títulos americanos apresentaram queda no mês. Os juros de 10 anos, por exemplo, fecharam o mês de fevereiro em 2,59% a.a. e 2,54% a.a. em março. A moeda americana abriu o mês de março cotada R\$ 2,878 e fechou o mês em R\$ 3,208. A desaceleração da moeda americana ocorreu no último dia do mês, acompanhando o movimento das curvas de juros futuro.

Renda Variável

O começo do mês de março parecia uma realização técnica clássica após forte alta de fevereiro. O Ibovespa chegou a cair 6,3% nos primeiros dias, positivou e fechou em -0,83%. O que movimentou o mercado financeiro foi muito mais o plano político do que o econômico. O "ajuste fiscal" é o tema do momento e a expectativa, apesar de todos os obstáculos políticos, é que as reformas necessárias serão aprovadas ao longo de 2015.

Os destaques positivos do mês de março na bolsa brasileira foram os setores de seguros, serviços financeiros e distribuição de combustíveis. Do lado negativo, a Vale teve queda expressiva com a continuidade da tendência baixista do minério de ferro e a desaceleração da economia chinesa. O setor de bancos, apesar de não apresentar queda tão acentuada, decepcionou e ficou muito abaixo do Ibovespa, com a expectativa de piora dos índices de inadimplência até o fim do ano.

Outro risco que estamos monitorando é o de "governança-corrupção". As investigações sobre os casos de corrupção começam a fazer vítimas na Bovespa. Podemos citar o caso da CETIP com seu suposto envolvimento em esquema de propina com o governo. Uma empresa do grupo foi citada no Operação Lava Jato. Há menções de pagamentos milionários a políticos provenientes de órgãos como o Denatran (Departamento Nacional de Trânsito). Tal fato nos obrigou a reduzir a posição da CTIP3 em março e atrapalhou a performance dos fundos. Outras empresas conhecidas (como a Braskem) também foram citadas em processos jurídicos, refletindo negativamente nos preços de suas ações.

Em anexo, os extratos bancários com base no último dia útil do mês, conciliados com os controles da SMI Consultoria de Investimentos.
